

Nº 114

**Trajетórias da população de baixa renda no
mercado de trabalho metropolitano
brasileiro**

27 de setembro de 2011

Comunicados do Ipea

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

Comunicados do Ipea

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

1. Apresentação¹

Neste Comunicado, apresenta-se um conjunto sintético de informações sistematizadas e mais atualizadas a respeito da trajetória dos últimos nove anos da população de baixa renda no Brasil metropolitano. Com as informações primárias geradas pelo IBGE, por meio da Pesquisa Mensal de Emprego, tornou-se possível acompanhar a evolução desse grupo entre os anos de 2002 e 2011. Como indicador de baixa renda, utilizou-se a linha de até meio salário mínimo mensal de rendimento médio familiar *per capita*, para os meses de julho de cada ano.

Duas partes constituem o estudo, a saber:

- A **seção 1** descreve brevemente a evolução absoluta e relativa da população de baixa renda no conjunto das principais regiões metropolitanas brasileiras; e
- A **seção 2** refere-se à mesma trajetória da população de baixa renda para cada uma das seis regiões metropolitanas (RMs) pesquisadas pelo IBGE.

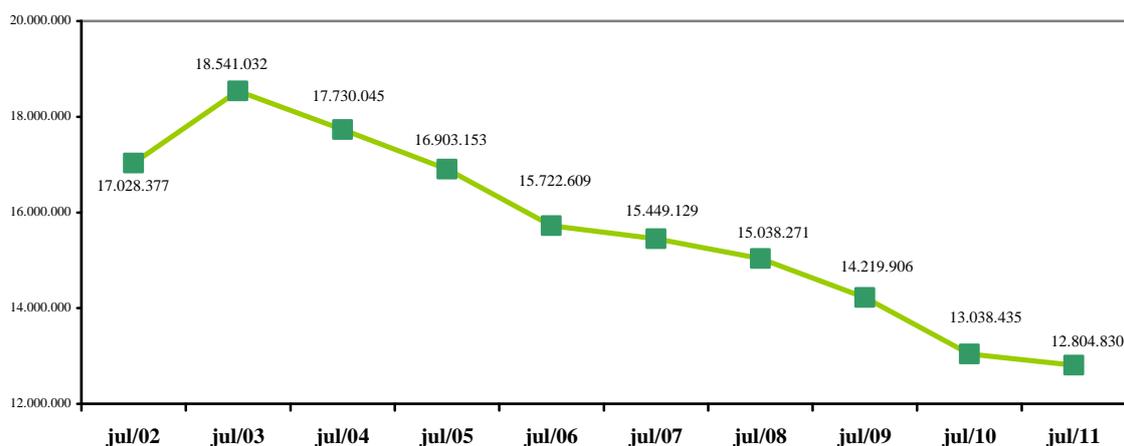
Em conformidade com a linha editorial dos *Comunicados do Ipea*, o atual antecipa alguns dos resultados principais de estudos em andamento na instituição. A sua realização, como de praxe, contou com a participação de um coletivo de servidores do Instituto.

2. A população de baixa renda no Brasil metropolitano

Ao observar o período como um todo, entre os meses de julho de 2002 e julho de 2011, o número de pessoas ocupadas vivendo com rendimento médio *per capita* familiar de até meio salário mínimo mensal passou de 17 milhões para 12,8 milhões no conjunto das principais regiões metropolitanas do Brasil. Em função disso, houve a retirada de 4,2 milhões de pessoas de rendimento menor que meio-salário mínimo nas seis regiões acompanhadas pelo IBGE, o que equivaleu à queda de 24,8% no tamanho da população de baixa renda.

¹ Este documento contou com a assistência e colaboração de Luciana Acioly, James Richard Santos e André Calixtre, da Assessoria Técnica da Presidência do **Ipea** (Astec); e Jorge Abrahão, da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc). A finalização do Comunicado teve o apoio da Assessoria de Comunicação do **Ipea** (Ascom)

Gráfico 1 – Brasil metropolitano: evolução do número de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)

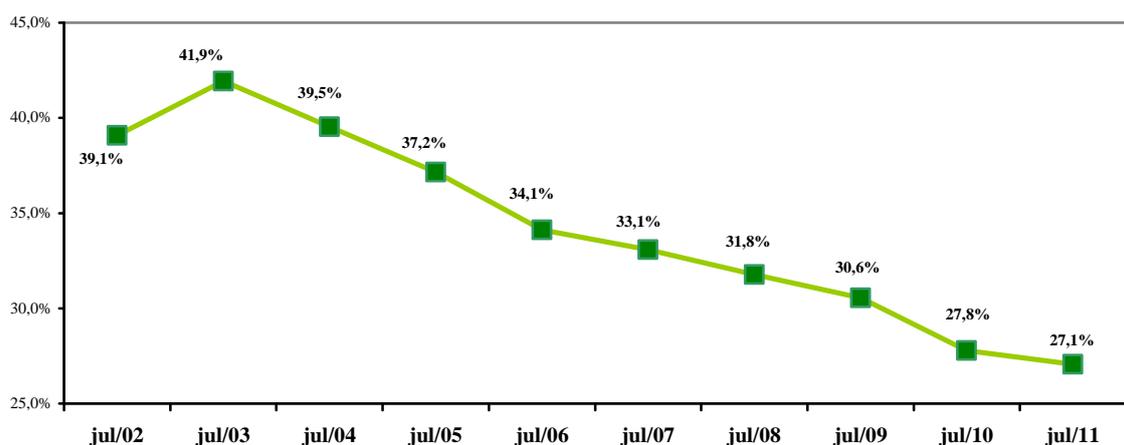


Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Nos últimos nove anos, a evolução absoluta da população com rendimento menor que meio-salário mínimo apresentou duas trajetórias distintas. Entre julho de 2002 e 2003, houve uma ascensão, contabilizando 1,5 milhão de pessoas adicionais. Ou seja, a elevação de 8,9% no número desses ocupados no Brasil metropolitano.

A partir daí, assistiu-se à trajetória de queda. A população de baixa renda passou de 18,4 milhões, em julho de 2003, para 12,8 milhões de pessoas, em julho de 2011. Em síntese, uma redução de 5,7 milhões de pessoas que emergiram dessa condição precária de renda, ou ainda, queda de 30,9% no período.

Gráfico 2 – Brasil metropolitano: evolução da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho desde (2002 a 2011)



Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Se considerada a evolução na taxa de pessoas de baixa renda, ou seja, a relação entre a população com renda inferior a meio-salário mínimo e a população economicamente ativa das regiões metropolitanas, a trajetória de queda apresenta-se também intensa. No mês de julho de 2011, essa taxa foi de 27,1%, enquanto em julho de 2002 era de 39,1%. Em termos percentuais, uma redução de 30,7%.

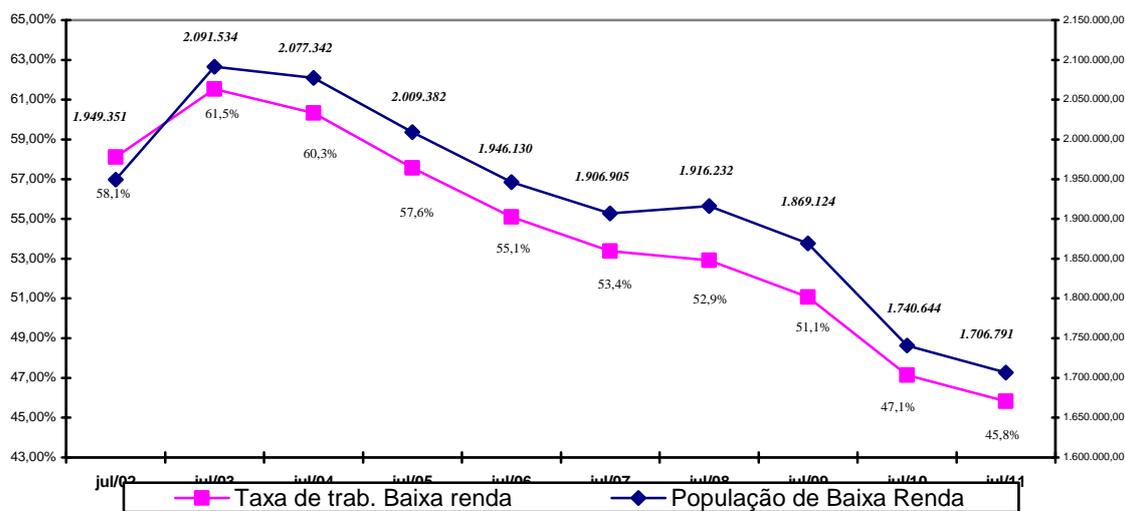
Seguindo a mesma tendência verificada nos números absolutos, a taxa de pessoas de baixa renda aumentou de 39,1% para 41,9% nas seis principais regiões metropolitanas do país entre julho de 2002 e julho de 2003. Isto é, elevação de 7,2% no conjunto do Brasil metropolitano.

A partir de 2003, a trajetória para cada mês de julho foi de queda na taxa dessas pessoas em situação precária. Nas regiões metropolitanas brasileiras, ela decaiu de 41,9%, em julho de 2003, para 27,1%, em julho de 2011. Ou seja, redução de 35,3%.

3. Trajetória do trabalho de baixa renda em cada uma das seis regiões metropolitanas

Uma vez apresentada a evolução absoluta e relativa das pessoas de baixa renda no conjunto das seis principais regiões metropolitanas do país, passa-se, a seguir, a considerar a situação de cada uma delas. Para os meses de julho de cada ano desde 2002, observa-se que na região metropolitana do Recife houve queda de 12,4% no número de trabalhadores de baixa renda, o que equivaleu a um ritmo 50% inferior ao verificado no conjunto do Brasil metropolitano.

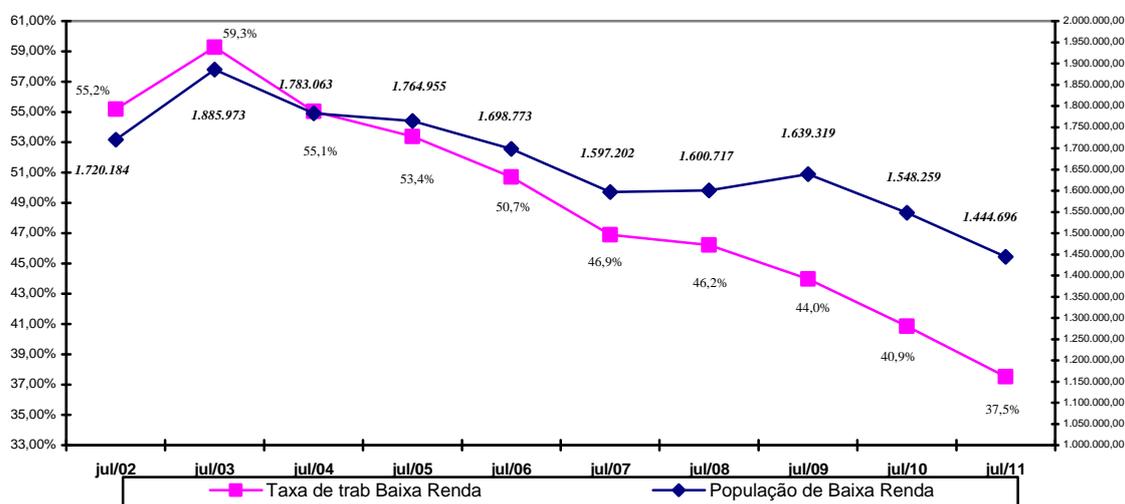
Gráfico 3 – RM de Recife: evolução da quantidade e da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)



Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Em julho de 2011, a RM do Recife possuía 1,7 milhão de trabalhadores de baixa renda, enquanto em julho de 2002 eram 1,9 milhões de pessoas (diminuição de 242,6 mil pessoas). Na taxa desse grupo, a queda foi de 21,2%, pois saiu de 58,1%, em julho de 2002, para 45,8%, em 2011.

Gráfico 4 – RM de Salvador: evolução da quantidade e da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)

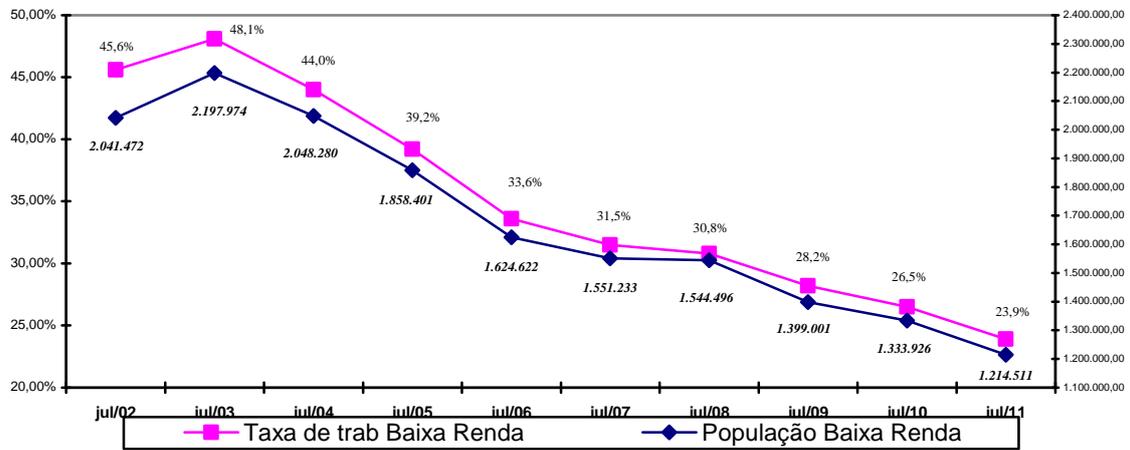


Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Para a RM de Salvador, a queda na quantidade de pessoas de baixa renda foi de 16% entre os meses de julho de 2002 (1,7 milhão) e julho de 2011 (1,4 milhão), o que equivaleu à saída de 275,5 mil pessoas dessa condição. Em termos relativos, a redução

foi mais expressiva, estimada em 32,1% no mesmo período de tempo, pois passou de 55,2%, em julho de 2002, para 37,5%, em julho de 2011.

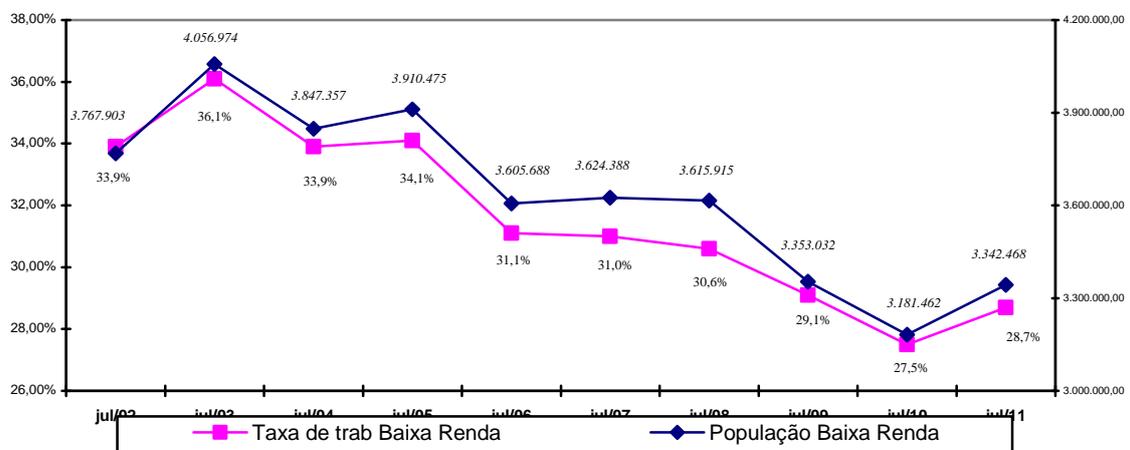
Gráfico 5 – RM de Belo Horizonte: evolução da quantidade e da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)



Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Na RM de Belo Horizonte, a redução da população de baixa renda no mercado de trabalho foi de 40,5%, passando de dois milhões, em julho de 2002, para 1,2 milhão de pessoas, em julho de 2011. Em resumo, foram 827 mil pessoas que saíram da condição de baixa renda durante o período de tempo considerado. Em termos relativos, a queda foi de 47,6%, uma vez que a taxa saiu de 45,6%, em julho de 2002, para 23,9%, em julho de 2011.

Gráfico 6 – RM de Rio de Janeiro: evolução da quantidade e da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)

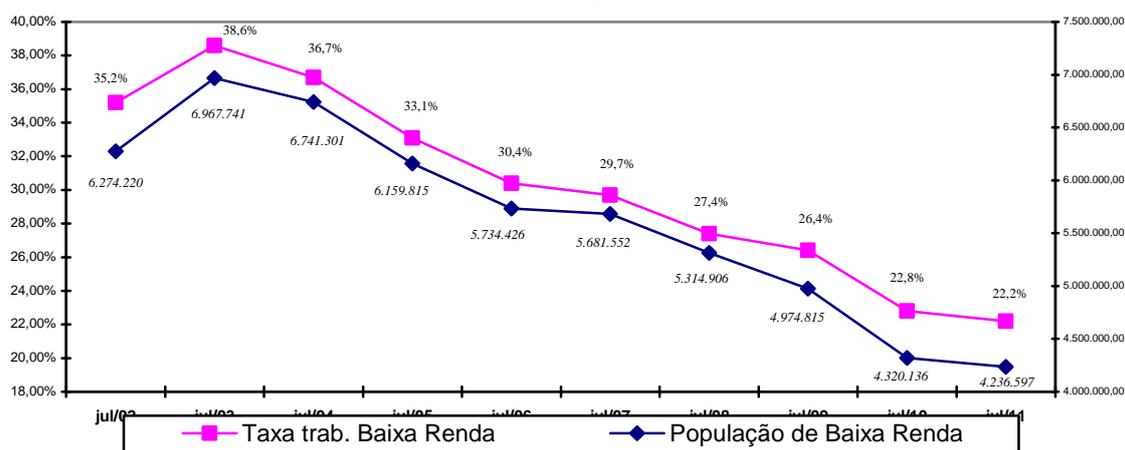


Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Com queda de 11,3%, a RM do Rio de Janeiro foi a que apresentou o menor ritmo de redução no trabalho de baixa renda, que passou de 3,8 milhões, em julho de 2002, para 3,3 milhões de pessoas, em julho de 2011. Nesse mesmo período, 425,4 mil pessoas saíram dessa condição precária.

Na comparação mensal das taxas de pessoas de baixa renda, verifica-se que a RM de Rio de Janeiro teve queda de 15,3%, pois saiu de 33,9%, em julho de 2002, para 28,7%, em julho de 2011. Além de registrar o menor ritmo de redução desse grupo entre as principais regiões metropolitanas do país, o Rio de Janeiro foi a única a apresentar elevação absoluta e relativa entre os meses de julho de 2010 e de 2011, com aumento de 4,4% para a taxa de pessoas de baixa renda e de 5,1% para a quantidade desse grupo.

Gráfico 7 - RM de São Paulo: evolução da quantidade e da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)

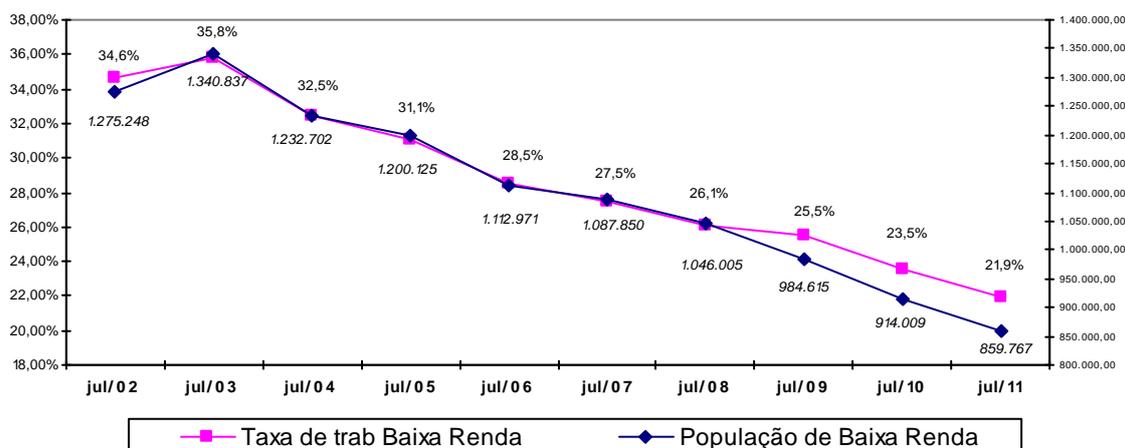


Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

A RM de São Paulo registrou redução de 32,5% na população de baixa renda durante os últimos nove anos, uma vez que 2,1 milhões de pessoas saíram dessa condição. Em julho de 2011, eram 4,2 milhões de trabalhadores com rendimento precário, enquanto em julho de 2002 eram 6,3 milhões de pessoas.

Para o mesmo período, a proporção de ocupados de baixa renda caiu 36,9%. No mês de julho de 2011, essa taxa era 22,2%, enquanto no mesmo mês de 2002 foi de 35,2%.

Gráfico 8 – RM de Porto Alegre: evolução da quantidade e da taxa de pessoas de baixa renda no mês de julho (2002 a 2011)



Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

O tamanho da população com renda precária na RM de Porto Alegre caiu 32,7%, com retirada de 415,5 mil pessoas dessa condição durante os últimos nove anos. No período de julho de 2002 a julho de 2011, a quantidade desse tipo de ocupados reduziu-se de 1,3 milhão para 860 mil pessoas.

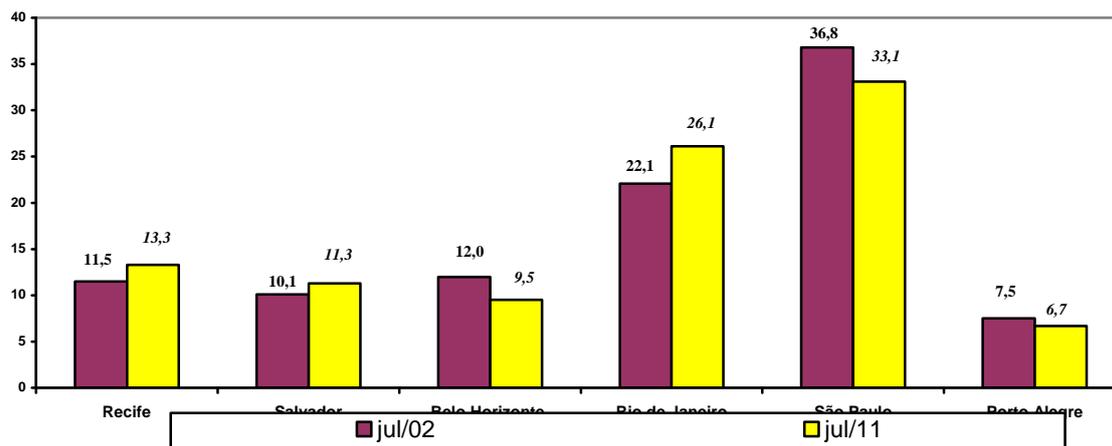
A proporção de pessoas com baixo rendimento no mesmo período de tempo diminuiu 36,7%. Em julho de 2011, essa taxa foi de 21,9%, enquanto em julho de 2002 era de 34,6%.

4. Considerações Finais

Em nove anos, a taxa de pessoas com baixa renda, no conjunto das regiões metropolitanas mais importantes do país, caiu 30,7%, o que equivaliu ao movimento de um contingente de 4,2 milhões de pessoas para a renda mensal familiar *per capita* acima de meio-salário mínimo. Entre julho de 2002 e julho de 2011, a RM de Belo Horizonte foi a que apresentou a maior queda na proporção de ocupados de baixa renda (47,6%), enquanto a RM do Rio de Janeiro foi a que obteve a menor redução (15,3%). Por conta disso, a RM de Belo Horizonte, que ocupava, em julho de 2002, o terceiro posto na quantidade de trabalhadores com renda precária no Brasil metropolitano, passou para a quinta posição, em julho de 2011. Para esse mesmo período de tempo, as regiões metropolitanas de Salvador e Recife, que ocupavam a quinta e quarta posição, respectivamente, passaram para a quarta e terceira posição.

Em termos absolutos, a RM de São Paulo foi a que mais colaborou para a redução da população de baixa renda, com a retirada de 2,1 milhões de pessoas dessa condição (50% do total) entre julho de 2002 e julho de 2011. A RM de Recife foi a que menos colaborou para a redução na quantidade desses trabalhadores no mesmo período, com a saída de 242,6 mil pessoas (5,8% do total).

Gráfico 9 – Distribuição da população de baixa renda nas seis regiões metropolitanas em julho de 2002 e julho de 2011 (em %)



Fonte: IBGE - PME (Elaboração IPEA)

Em consequência das trajetórias diferenciadas de redução na ocupação de baixa renda entre as seis principais regiões metropolitanas brasileiras, houve mudança na distribuição geográfica desse grupo de pessoas. A RM de São Paulo, que em julho de 2002 concentrava quase 37% do Brasil metropolitano, reduziu para 33,1% em julho de 2011. Além de São Paulo, as regiões metropolitanas de Porto Alegre e Belo Horizonte também diminuíram suas participações relativas no total da população de baixa renda.

Para o mesmo período de tempo, as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Salvador e Recife aumentaram relativamente suas participações no total das pessoas com rendimento mensal *per capita* familiar menor que meio-salário mínimo. A situação da RM do Rio de Janeiro destaca-se ainda pelo fato de ter havido elevação tanto absoluta quanto relativa desse grupo de ocupados entre os meses de julho de 2010 e 2011.



Ipea – Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República